



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Parecer nº ____/2025 da CCJR sobre o Projeto de Lei Complementar nº ____/2025, de autoria do Poder Executivo, que altera e inclui dispositivos da Lei Complementar nº 009/2003, que institui o Código de Posturas do Município de Pariquera-Açu.

I - EXPOSIÇÃO DA MATÉRIA

1. Trata-se de projeto de lei complementar, de autoria do Chefe do Poder Executivo, que propõe alterações e inclusões no Código de Posturas do Município de Pariquera-Açu, instituído pela Lei Complementar nº 009/2003.
2. O projeto estabelece vedações a infratores e contribuintes em débito com o Município, altera procedimentos de fiscalização e notificação, bem como impõe novas obrigações a estabelecimentos comerciais, industriais, de saúde e serviços públicos.
3. As alterações propostas também incluem a regulamentação da higiene pública, a gestão de cemitérios e velórios, normas sobre limpeza de terrenos, coleta de lixo e regras para a manutenção de vias públicas e animais no perímetro urbano.
4. Adicionalmente, o projeto estabelece novas regras para a licença de funcionamento, fixa horários para o funcionamento de estabelecimentos comerciais, creches, farmácias e drogarias, e define normas para o comércio ambulante.
5. É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

6. Compete a esta Comissão Permanente se pronunciar sobre a constitucionalidade, juridicidade, legalidade e técnica legislativa dos projetos submetidos à sua apreciação, conforme o art. 46, inciso I, alínea "a" do Regimento Interno.



Competência e Iniciativa Legislativa

7. A matéria está inserida na competência legislativa municipal, conforme o art. 30, inciso I, da Constituição da República Federativa do Brasil, que confere aos Municípios a prerrogativa de legislar sobre assuntos de interesse local.
8. A iniciativa legislativa do projeto está de acordo com o Artigo 44 da Lei Orgânica Municipal, que prevê a competência comum para iniciar projetos de lei.

Juridicidade

9. O projeto apresenta inúmeras alterações que impactam significativamente a legislação municipal, mas não está fundamentado em estudos técnicos ou audiências públicas que justifiquem a necessidade e viabilidade das medidas propostas.
10. Há previsões que restringem direitos dos cidadãos sem a devida fundamentação, como a proibição de transacionar com o Município para infratores e contribuintes em débito, o que pode afrontar princípios constitucionais como a razoabilidade e proporcionalidade.
11. O projeto impõe diversas novas obrigações a estabelecimentos comerciais, empresariais e prestadores de serviços sem indicar os impactos financeiros e operacionais dessas exigências. Há, inclusive, atribuição de responsabilidade ao comerciante de fiscalizar seus prestadores de serviços, sob pena de multa, o que viola a livre iniciativa e interfere diretamente em relação de trabalho, tema que é de competência legislativa da União.
12. Há artigos que prevêm penalidades severas e desproporcionais, como a imposição de multas elevadas sem um critério objetivo que justifique os valores.
13. Ademais, determinações genéricas, como as referentes à limpeza de terrenos, fiscalização de entulhos e funcionamento de estabelecimentos comerciais, podem gerar interpretações subjetivas e dificultar a sua correta aplicação.



20. Não há estudos técnicos que comprovem a necessidade das mudanças propostas ou que avaliem seus reflexos na sociedade e na economia local, especialmente no comércio e na prestação de serviços.
21. A ausência de audiências públicas e consultas à população e aos setores afetados demonstra que o projeto carece de um debate mais aprofundado, o que compromete sua legitimidade e aplicabilidade.
22. Diante dessas inconsistências, concluímos que o projeto não atende ao interesse público e que sua aprovação poderia gerar insegurança jurídica e dificuldades operacionais para sua concretização.

III - CONCLUSÃO

23. Diante das irregularidades apontadas, especialmente **a falta de fundamentação adequada, a ausência de justificativa baseada no interesse público, a inexistência de estudos e audiências públicas para embasar as medidas propostas e a violação de princípios constitucionais**, somos **DESFAVORÁVEIS** à deliberação do projeto de lei complementar pelo Plenário da Câmara Municipal.

Sala das Comissões, 15 de setembro de 2025.

VER. LUCAS DENEVITZ

Relator da CCJR

VER. ENFERMEIRA TALITA

Presidente da CCJR

VER. BENEDICTO MARTINS

Membro da CCJR